

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

CRISTOFER DE PAULA LISBOA

CUSTO FISCAL PARA OS PRODUTORES RURAIS CONFORME SUA
NATUREZA JURÍDICA

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

CRISTOFER DE PAULA LISBOA

MBA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

CUSTO FISCAL PARA OS PRODUTORES RURAIS CONFORME SUA
NATUREZA JURÍDICA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Gestão do Agronegócio no curso de Pós-graduação em Gestão do Agronegócio, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Amorim Monteiro

CURITIBA

2016

RESUMO

O presente trabalho busca mostrar algumas formas de atuação dos produtores rurais e classificar conforme suas naturezas jurídicas de acordo com a legislação brasileira. Pretende-se analisar e identificar os custos tributários de quatro produtores rurais da região nordeste do Rio Grande do Sul, através de comparação dos dados de faturamento bruto, despesas e investimentos e lucros. Os resultados obtidos confirmam que, nos cenários realizados, sob o viés tributário o resultado de menor custo é identificado para o produtor rural que atua como pessoa física de acordo com as condições tributárias impostas sobre a renda.

Palavras-chave: Produtor Rural, Fiscal, Tributação, Pessoa Física

SUMMARY

The present work seeks to show some ways of acting of the rural producers and classify them according to their legal nature according to the Brazilian law. The aim is to analyze and identify the tax costs of four farmers in the northeastern region of Rio Grande do Sul, by comparing of gross sales data, expenses and investments and profits. The results obtained confirm that in the scenarios performed, under the tax bias the result of the lowest cost is identified for the rural producer who acts according to the tax conditions imposed on the income.

Keywords: Rural Producer, Tax, Taxation, Individuals

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS DA PESQUISA.....	7
2.1 OBJETIVO GERAL.....	7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
3. REVISÃO DA LITERATURA	8
3.1 CONTABILIDADE RURAL E TRIBUTÁRIA.....	9
3.2 PRODUTORES RURAIS.....	9
3.2.1 Produtores Rurais Pessoas Físicas.....	9
3.2.2 Produtores Rurais Pessoas Jurídicas	10
3.2.3 Lucro Presumido.....	10
3.2.4 Lucro Real	10
3.2.5 Simples Nacional.....	11
3.3 OUTROS IMPOSTOS.....	11
3.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	11
4. MATERIAL E MÉTODOS	13
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	19
7. REFERÊNCIAS.....	20

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do agronegócio brasileiro trouxe novas perspectivas quanto a participação do produtor rural, independente do seu modelo e seu volume, para esse setor brasileiro. Essa nova realidade nos faz questionar qual é o melhor modelo de interação com o mercado, e frente a isto, os encargos e os benefícios fiscais dessa opção.

O cenário do produtor rural, apesar das recentes mudanças, ainda é muito patrimonialista, o patriarca responsável por toda ou grande parte da movimentação fiscal. Sem muitas vezes analisar outras formas de representação junto ao fisco.

O modelo de tributação de pessoa física da atividade rural ainda é um dos mais utilizados, tanto pela sua simplicidade, quanto pelo apoio governamental na sustentação do modelo. Visto que não foram desenvolvidas formas jurídicas específicas de atuação na produção rural.

Porém, este modelo também apresenta deficiências quanto a capacidade de organização contábil da atividade rural. As despesas incidentes à atividade rural além de desconsiderar outros parceiros como familiares e sócios sem parceria registrada causam insegurança fiscal e jurídica aos participantes.

Diante disto, busca-se avaliar as formas de modelos jurídicos existentes para atuação dos produtores rurais junto ao mercado e, para cada uma delas, verificar as incidências fiscais e quais seus benefícios através de um estudo de caso.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 OBJETIVO GERAL

Comparar as formas de tributação disponíveis para os produtores rurais e quais são os encargos e seus benefícios.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) verificar as formas de tributação existentes para os produtores rurais;
- b) aplicar estas mesmas formas neste estudo de caso;
- c) comparar os resultados de forma quantitativa e qualitativa;

3. REVISÃO DA LITERATURA

O setor primário brasileiro tem sido exceção nas últimas apresentações do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A última análise do 4º trimestre de 2015 identificou que, apenas este setor, através da agropecuária e exploração mineral não teve recuo nas suas atividades. Outros setores, como a indústria e serviços tiveram recuos significativos (IBGE, 2017). Por isto a exigência de uma administração mais profissional das atividades que compõem esse setor com diversos estudos e análises sobre a importância do planejamento, do controle, e do regime tributário para os produtores rurais, entre outros assuntos de importância para a melhoria da gestão. E alguns estudos foram realizados que auxiliam no desenvolvimento desse trabalho e precisam ser destacados.

MIOTTO (2016) esclarece em seu estudo uma análise completa sobre cinco exercícios financeiros de um produtor do norte do Rio Grande do Sul, sobre qual melhor forma tributária para atuação dos mesmos, as dificuldades operacionais e legais, apresentando o resultado de que como pessoa física os custos tributários serão menores para este caso específico.

MULLER (2014) apresentou no seu trabalho a visão sob a melhor forma de tributação do produtor rural usando dois exercícios financeiros como exemplos. No seu resultado foi identificado que a atuação como pessoa física foi de menor custo tributário ao produtor rural. Ressaltando em todo o estudo que independente da forma adotada o planejamento tributário é de suma importância para diminuição dos custos.

ALMEIDA (2012) analisa em sua questão como é a interação dos diferentes modelos de organização dos produtores rurais, sobre o ponto de vista da tributação incidente na natureza física e jurídica, as dificuldades operacionais de controle para uma delas, a diferença entre Lucro Real e Lucro Presumido para os produtores jurídicos, e até a mudança dos juros e crédito rural.

SOARES et al (2014) relacionam a diferença de três formas de tributação de um produtor rural de pequeno porte, fazendo cenários nas diferentes tributações, chegando à conclusão que para aquele caso específico seria de menor custo tributário o produtor atuar como uma pessoa jurídica na forma de Simples Nacional.

3.1 CONTABILIDADE RURAL E TRIBUTÁRIA

A contabilidade rural é o instrumento através do qual ocorre a aplicação de leis, de normas, de instruções para o controle e registro dos fatos por uma empresa rural a fim de apresentar seus resultados em um determinado período (CALDERELLI, 2003).

As empresas rurais trabalham na capacidade produtiva do solo, seguindo algumas atividades: cultivo da terra, criação de animais e transformação de produtos agrícolas (MARION, 2006).

A contabilidade tributária é um ramo transversal que afeta diferentes vertentes da ciência contábil conforme descrito abaixo por Pohlmann.

“A contabilidade tributária tem como objetivo de estudo as regras de apuração dos tributos empresariais, as normas fiscais que estabelecem as práticas contábeis, os registros e outras formalidades exigidas pela legislação fiscal das empresas, assim como métodos e procedimentos de planejamento tributário.” (POHLMANN, 2012, p10).

Ambos os ramos da contabilidade produzem informações para apuração do resultado da atividade rural, além de auxiliam na gestão dos custos e na elaboração de demonstrativos que ajudam na tomada de decisão dos gestores e dos produtores rurais.

3.2 PRODUTORES RURAIS

Produtores rurais são pessoas físicas ou jurídicas que exploram a terra, com fins econômicos ou de subsistência por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não-agrícolas. Respeitada a função social da terra. (BRASIL, 2006).

3.2.1 Produtores Rurais Pessoas Físicas

É o formato de organização mais comum entre os produtores rurais brasileiros por ser o mais simples. O produtor desenvolve sua atividade apenas com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a inscrição estadual do estado da exploração.

“O resultado da exploração da atividade rural exercida pela pessoa física é apurado mediante a escrituração do livro-caixa, abrangendo as receitas, as despesas, os investimentos e demais valores que integram a atividade. ” (BRASIL, 2016).

3.2.2 Produtores Rurais Pessoas Jurídicas

O inciso VI do artigo 44, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002), determina como forma de organização como pessoa jurídica de direito privado as empresas individuais de responsabilidade limitada, forma na qual o produtor rural pode se tornar de natureza jurídica.

Esta forma de organização é menos usual devido a necessidade de formação de uma empresa para execução das atividades rurais.

A forma de tributação com relação a renda dependerá de uma análise do objeto da empresa podendo assumir a forma de Lucro Presumido, Lucro Real ou Simples Nacional.

3.2.3 Lucro Presumido

“O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. ” (BRASIL, 2015).

3.2.4 Lucro Real

O lucro real:

“É a base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais. A apuração do lucro real é feita na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real, mediante adições e exclusões ao

lucro líquido do período de apuração (trimestral ou anual) do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do imposto de renda, de acordo com as determinações contidas na Instrução Normativa SRF nº 28, de 1978, e demais atos legais e infralegais posteriores.” (BRASIL, 2015).

3.2.5 Simples Nacional

Com relação a esta classificação define-se como: “O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. ” (BRASIL, 2015).

3.3 OUTROS IMPOSTOS

Junto com os impostos indiretos incidentes sobre a renda além do Imposto de renda, serão analisados neste trabalho: PIS e COFINS e FUNRURAL.

O PIS e CONFINS são destinados a pessoas jurídicas de direito privado sendo determinados pela Constituição Federal e regulamentados pelas Leis Complementares nº 7 de 1990, nº 8 de 1990 e nº 70 de 1991. Atualmente há dois regimes para cálculo deste tributo: cumulativo e não cumulativo.

O FUNRURAL é estabelecido pela Lei Complentar nº 11 de 1971, seu objetivo é compensar a despesas dos produtores rurais aposentados com um recolhimento sob a comercialização dos produtores rurais ativos.

“Art. 15. Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:I - da contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor sôbre o valor comercial dos produtos rurais”. (BRASIL, 1971).

Esses são alguns impostos incidentes ao faturamento dos produtores. Cabe ressaltar, que são recolhidos conforme a natureza jurídica do produtor rural.

3.4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário é de extrema importância no desenvolvimento das atividades empresariais, pois ele irá auxiliar no controle dos gastos da empresa. Além disso define a melhor forma de tributação da mesma.

“O planejamento tributário é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos.” (YOUNG, 2005, p. 76)

No meio rural, havia pouco desenvolvimento do planejamento tributário, porém com o acesso a informação, a mudança de geração e novas empresas fornecendo esse serviço há uma tendência de mercado na atuação dessa área.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo de caso ocorreu sobre as formas jurídicas para os produtores rurais e suas características, através de consultas bibliográficas e pela internet.

Além da análise dos documentos destes produtores organizando-os de forma quantitativa, com os dados dos livros caixas e balanços, informações fiscais e contábeis a fim de compará-los nos diferentes modelos de tributação e apresentar os resultados relacionando-os.

Também, foram realizadas entrevistas com as partes interessadas, contabilistas e gerentes.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Os produtores analisados estão localizados no mesmo território, nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Região de grande desenvolvimento e infraestrutura para a produção rural.



Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul

Fonte: o Autor, adaptado de IBGE (2015)

A safra 2015/2016 obteve grandes resultados com relação a quantidade colhida e, principalmente, o preço comercializado, fazendo com que as grandes quantidades dos produtores apresentem resultados positivos do período.

De acordo com a FARSUL o setor agropecuário do Rio Grande do Sul foi o único a apresentar crescimento no exercício de 2015.

A região nordeste do Rio Grande do Sul apresenta grande relação de desenvolvimento da agricultura de maneira não familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2006), isto é, com empresas ou médios e grandes produtores, representando grande percentual na produção de todo o estado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir tomaram por base a pesquisa documental realizada através dos livros caixa e do balanço de quatro produtores rurais.

Os produtores analisados se dividiram da seguinte forma:

- Produtor 1 → pequeno porte, produtor que fatura dentro do limite de isenção de imposto de renda para a atividade rural conforme a tabela da Receita Federal;
- Produtor 2 → médio produtor, excedendo o limite da Receita, há necessidade de escrituração de Livro Caixa;
- Produtor 3 → grande produtor. Grande volume de faturamento e despesas;
- Produtor 4 → produtor inscrito como pessoa jurídica. Adotando a forma de lucro presumido para apuração do imposto;

A Tabela 1 mostra a apuração do resultado das despesas fiscais para cada um deles com base o exercício financeiro de 2016.

	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4
Receitas Anual (Faturamento)	121.345,67	808.672,92	25.568.597,00	12.784.298,50
Despesa Anual	0,00	607.911,14	24.897.951,00	12.546.909,00
Resultado	121.345,67	200.761,78	670.646,00	237.389,50

Tributação				
	Produtor 1	Produtor 2	Produtor 3	Produtor 4
Imposto de Renda 27,5%	*	55.209,49	184.427,65	*
Lucro Presumido	*	*	*	35.608,43
Funrural 2,3%	2.790,95	18.599,48	588.077,73	*
CSLL - 12%	*	*	*	1.534.115,82
Confins - 3%	*	*	*	383.528,96
Pis - 0,65%	*	*	*	83.097,94

Total despesas fiscais	2.790,95	73.808,97	772.505,38	2.036.351,14
-------------------------------	-----------------	------------------	-------------------	---------------------

Tabela 1 – Apuração do Resultado

Fonte: Autor, 2017.

* Não há incidência deste tributo para este produtor

Com base na Tabela 1, verifica-se que independente do maior faturamento e lucro do Produtor 3, o custo tributário, ainda fica menor do que em relação ao Produtor 4, único pessoa jurídica.

Todos tiveram lucro na atividade rural devido os preços da safra 2015/2016, para todos os produtos (soja, milho, feijão preto, feijão carioca, trigo) comercializados pelos quatro produtores estarem com valores bem acima do mercado, consequências de variações de oferta e aumento do dólar, assuntos que este trabalho não irá abordar.

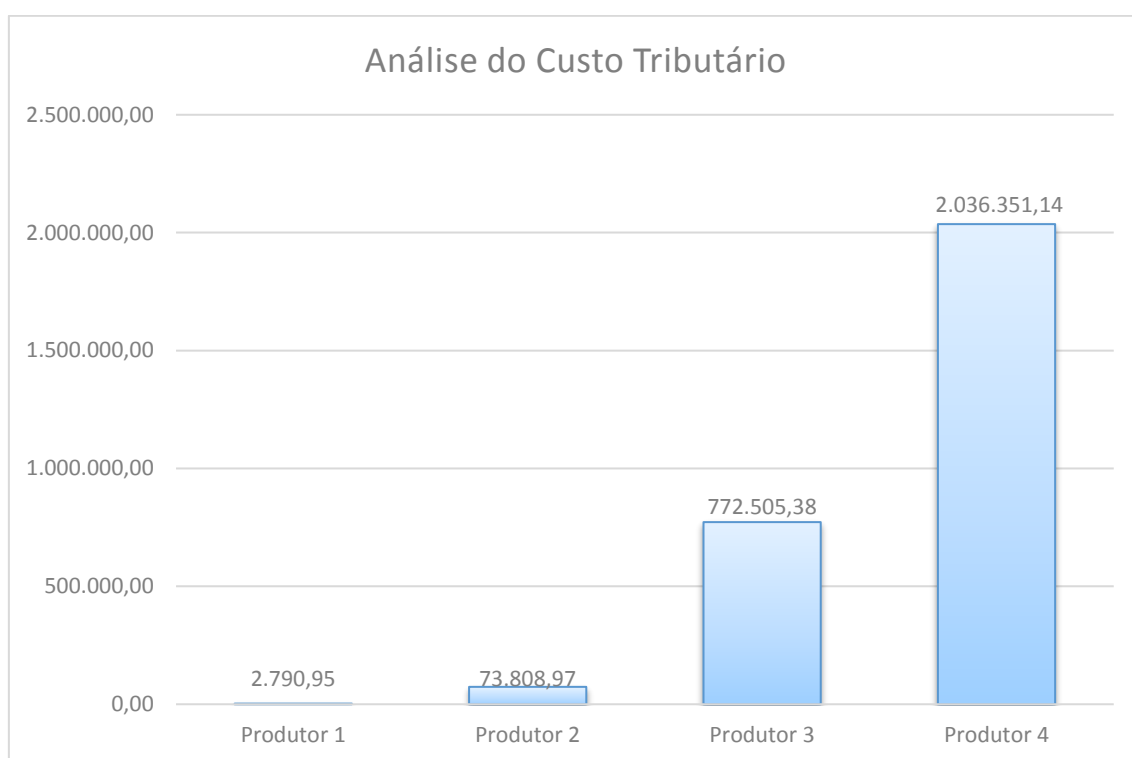


Gráfico 1 – Análise do Custo Tributário
Fonte: Autor, 2017.

O Gráfico 1 demonstra as diferenças entre cada produtor. Com relação aos que optaram por desenvolver suas atividades como pessoa física a diferença dos impostos entre eles está apenas no resultado final de cada. Porém quando verificamos que o Produtor 4 tem-se aproximadamente 35% do lucro do Produtor 3 mas, com 263% em custo tributário a mais que o mesmo.

Em MULLER (2014) o resultado identificado é o mesmo que nesse trabalho, o melhor é a adoção na forma de pessoa física pelos produtores rurais.

Foram realizados cálculos dos três tipos de tributação, Imposto de Renda Pessoa Física, Lucro Presumido e Lucro Real Trimestral, já que no Simples Nacional o faturamento impediu esta opção. Foram também feitas análises com base nos cálculos para comparação e, assim, verificar qual a forma mais econômica de tributação para o produtor rural em análise. Observou-se que para o produtor rural em estudo, a melhor forma de tributação é o Imposto de Renda Pessoa Física, em ambos os exercícios, opção esta adotada pelo produtor atualmente. (MULLER, 2014, p. 73).

Igualmente em SOARES Et Al (2014), o melhor cenário para os produtores é a atuação como pessoa física, mesmo tendo a alíquota de 27,5% sobre os lucros.

Em ALMEIDA (2012) o resultado ficou semelhante ao apresentado nesse estudo. Identificando-se que, no modelo de pessoa física, é mais atrativo e mais executável operacionalmente para os produtores rurais.

MIOTTO (2016) colabora com o resultado desse estudo, concluindo que na forma de pessoa física os custos de tributação são menores aos produtores rurais do que em relação aos modelos de pessoas jurídicas.

Vale salientar que através dos resultados encontrados nos cálculos da tributação pessoa física fica evidente que algumas vantagens oferecidas pela legislação tornem este regime mais atraente, principalmente no que diz respeito ao tratamento do item despesas, aonde pode-se considerar também os investimentos, reduzindo o valor da receita total, a qual influencia diretamente na formação da base de cálculo do IR e futuro pagamento de imposto; na tributação pessoa jurídica os investimentos são tratados como bens do ativo imobilizado, são garantindo benefício algum em relação ao desembolso de impostos na aplicação do Simples Nacional. Pode-se dizer, então que este é um fator determinante para os resultados do trabalho. (MIOTTO, 2016, p. 63).

A comparação entre os resultados dos trabalhos acima expostos com o resultado desse estudo, demonstra que o modelo de pessoa física ainda apresenta a melhor forma de atuação dos produtores rurais; principalmente, no aspecto tributário, ainda que dois deles apresentem formas jurídicas.

Os produtores de pequeno e médio porte tem maior dificuldade operacional para lidar com formas jurídicas que exigem escrituração mais detalhada e controlada. Já os produtores de grande porte têm que identificar se há grande

dispêndio de recursos em despesas e investimentos no desenvolvimento do negócio para, assim, optarem pela melhor forma de tributação.

No que todos os estudos concordam, incluindo esse, é a necessidade de um planejamento tributário para cada caso e, se possível, para cada exercício financeiro como forma de estudar e de garantir o menor custo tributário possível ao produtor rural independente da sua organização jurídica.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os dados utilizados nesta pesquisa se referem ao exercício de 2016, um ano muito positivo para os produtores da região estudada. Porém, cabe ressaltar que havendo um prejuízo de algum deles os dados necessariamente seriam diferentes e outra análise deveria ponderá-los.

Diante do resultado, foi verificado que as condições para produtores rurais atuarem, através de sua pessoa física, são muito mais vantajosas do ponto de vista tributário sobre lucro e/ou faturamento, isto se deve muito, pela ausência de uma lei específica que concederá benefícios tributários para atuação como pessoa jurídica fazendo com que os mesmos tenham a mesma consideração tributária da indústria.

Outro fator que colabora com isto é a grande quantidade de pequenos e médios produtores os quais não tem condições de estruturar uma contabilidade própria pelo seu custo ou pela ausência de conhecimento técnico.

Por isto, com base no período e amostragem selecionados, mesmo que limitados, o estudo demonstra que a melhor forma de atuação do produtor rural junto ao mercado é sob a forma de pessoa física do ponto de vista tributário.

7. REFERÊNCIAS

ABRANTES, L. A; REIS, R. P; SILVA, M. P. Tributação indireta nos custos de produção e comercialização do café. Revista Custos e Agronegócio On Line v. 5, nº 1 – JAN/ABR, 2009.

ALMEIDA, C. F. Os Impactos Tributários e Operacionais, na Conversão do Produtor Rural, Pessoa Física para Pessoa Jurídica no Setor Agrícola de Grãos e Fibras. Revista de Contabilidade da Bahia, v. 1, p. 6, 2012. Disponível em: <http://www.crcba.org.br/submissaodetrabalhos/arquivos/8e9795ce78.pdf>, 2012, acesso em: 25/01/2017.

BRASIL. LEI FEDERAL nº 10.406/2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, acesso em: 30/01/2016.

BRASIL LEI COMPLEMENTAR nº 11 de 25 de Maio de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm, acesso em: 12/01/2017.

BRASIL. RECEITA FEDERAL. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/>, acesso em: 20/01/2016.

BRASIL. SENADO FEDERAL PLS 325/2006. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_152.html, acesso em: 29/01/2016.

CALDERELLI, Antônio. Enciclopédia contábil e comercial brasileira. 28 ed. São Paulo: CETEC, 2003.

FARSUL. Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.farsul.org.br/index.php>, acesso em: 12/01/2017

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>, acesso em: 02/02/2017.

_____. Malhas digitais: municipal. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em 24 abr. 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária; Imposto de Renda pessoa jurídica. 8. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

MIOTTO, Madalena. Comparativo Tributário modelos Pessoa Física Imposto de Renda (IRPF) e Pessoa Jurídica Simples Nacional (PJSN) aplicáveis a um Produtor Rural – Trabalho apresentado para obtenção de bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/166709/Madalena%20Miotto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em: 22/01/2017.

MULLER, B. S. Análise dentre as formas tributárias vigentes entre pessoa física e jurídica: um estudo comparativo para o produtor rural XYZ. UPF. Carazinho, RS, 2014. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/xmlui/handle/123456789/555>, acesso em: 25/01/2017.

PÊGAS, Paulo Henrique Manual de Contabilidade Tributaria 5 ed. Rio de Janeiro Freitas Bastos Editora, 2007.

POHLMANN, Marcelo Coletto. Contabilidade Tributária. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=85vEmOkR7voC&oi=fnd&pg=PA13&dq=contabilidade+tribut%C3%A1ria+conceito&ots=VmTf-clVLJ&sig=IRUQfsWs4Hy-XbluNSPVLrDcGuQ#v=onepage&q&f=false>, acesso em: 25/01/2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>, acesso em: 11/04/2017.

SILVA, Fernanda Caroline; SILVA, Milton dos Santos. Estudo Comparativo da Tributação do Produtor Rural Pessoa Física e Jurídica na venda de “Pinto de um dia”. Acesso em: <http://www.sinescontabil.com.br/trabalhos/arquivos/e4b63ff06fa27dead80714fde2e36785.pdf>, disponível em: 10/01/2016.

SOARES, José Antonio, *et al.* Estudo Imposto de Renda na Atividade Rural de Pequeno Porte: Pessoa Física versus Empresas Rurais. Disponível em: http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/estudo_do_imposto_de_renda_na_atividade_rural_de_pequeno_porte_-_pessoa_fisica_versus_empresas_rurais.pdf, 2014, acesso em: 15/01/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. UFRGS – Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>, acesso em: 18/01/2017.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. Planejamento Tributário: Fusão, Cisão e Incorporação. Curitiba: Jaruá, 2005.